

A FORMAÇÃO DOCENTE E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO LEITORA DOS ALUNOS DAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL I NO CONTEXTO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE XIQUE-XIQUE

Gabriela Teles Meira Cruz¹

RESUMO

O presente trabalho aborda questões educacionais discutidas na contemporaneidade e busca refletir acerca da formação docente, das Políticas Públicas de Educação, da formação leitora dos alunos, bem como do ensino da leitura e da escrita na cultura letrada, na tentativa de verificar o papel da escola e do professor diante dos desafios apresentados pelas mudanças sociais. A análise também focalizou de que maneira as políticas públicas e as práticas educativas, integradas à formação continuada dos docentes, influenciam no ensino-aprendizagem. Neste sentido, o objetivo foi pesquisar instituições escolares do município de Xique-Xique, na Bahia, entrevistando gestores e professores das séries iniciais do Ensino Fundamental I para obter informações, bem como perceber, a partir dos dados coletados em campo, que os programas e as ações das políticas públicas educacionais voltadas para a formação docente e para as práticas pedagógicas que integram a alfabetização e o letramento são condições pertinentes para o ensino da leitura e da escrita na formação leitora dos alunos das escolas investigadas. Com a pesquisa constatamos que algumas mudanças nas práticas educacionais e nas políticas públicas que atendam às reais necessidades e os desafios atuais da cultura letrada, são mecanismos favoráveis que tendem a contribuir com o emprego adequado de ações na apropriação das competências e habilidades de leitura e escrita para o uso em práticas sociais.

Palavras-chave: Políticas Públicas Educacionais. Formação docente. Formação leitora. Alfabetização e letramento.

INTRODUÇÃO

No atual contexto educacional brasileiro, os debates acerca da formação docente e das Políticas Públicas de Educação são intensificados devido às novas propostas de melhorar a qualidade de ensino. Diante disso, os programas e as ações que conduzem as práticas educativas para o trabalho com a leitura e a escrita, com vista à formação leitora dos alunos também vem sofrendo muitas mudanças representativas, pois diversos aspectos têm influenciado e transformado bastante as formas nas quais esse ensino tem sido conduzido no espaço escolar.

¹Professora – Mestra em Ciências da Educação pela Universidade Interamericana, Letróloga e Pedagoga graduada pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Especialista nas áreas de Psicopedagogia Clínica/Institucional pelo Centro Educacional Evangélico Líber – C.E.E.L. e Faculdade Católica de Anápolis - F.C.A. e de Gestão Educacional pela Faculdade Batista Brasileira – FBB. Emailgabi.tmeira@hotmail.com
Dissertação apresentada à Universidade Interamericana – Py, orientador Dr. Antônio Carlos Pereira de Macedo.

Sendo assim, a ênfase na formação continuada vem ganhando destaque e ocupando o centro das atenções no cenário atual da educação no país, pois estudiosos apontam para a necessidade de implantar políticas públicas que contribua para novas discussões acerca de práticas pedagógicas de modo a auxiliar os docentes no trabalho com a leitura e a escrita de modo a garantir o desenvolvimento de habilidades e competências no aluno-leitor das séries iniciais do ensino fundamental I.

Nessa perspectiva, várias ações vêm sendo estabelecidas como alternativa de minimizar as disparidades escolares referentes à aquisição de conhecimento por parte do alunado. A democratização da escolarização foi o “ponta pé” inicial para avançarmos no que diz respeito a melhoria da qualidade da educação, em seguida temos a expansão do Ensino Fundamental I para nove anos, o Programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), o programa Novo Mais Educação, o programa Formação pela Escola que englobam ações para a formação gestora e docente, dentre outros.

Mesmo a partir de algumas iniciativas do governo federal, estadual e municipal na tentativa de aprimorar a qualidade do ensino ofertado pelas instituições públicas, muitas pesquisas destacam e apontam as mazelas que ocorrem em grande parte dessas, como o fracasso escolar, a evasão, o analfabetismo e outros, que interferem diretamente na formação leitora dos alunos.

Sendo assim, é pertinente salientar que muitas pesquisas apresentam dados alarmantes acerca do analfabetismo no Brasil, vale ressaltar os dados da Pesquisa Nacional de amostra de Domicílios (PNAD), do ano de 2012, na qual segundo as informações recolhidas, o Brasil tem 13,2 milhares de analfabetos com 15 anos ou mais e a UNESCO também aponta que o país ocupa a 8ª posição entre os países com mais adultos analfabetos.

São dados tão surpreendentes, que a própria UNESCO (2011) sugere metas para serem alcançadas até o ano de 2015, na tentativa de melhorar a educação do país. Infelizmente, já se passaram alguns anos e pesquisas atuais afirmam que o contexto educacional pouco tem mudado, pois os índices ainda são preocupantes, uma vez que o número de adultos analfabetos só diminuiu em 1%, observa-se que tais resultados demonstram a necessidade emergencial de propor ações mais significativas.

O presente estudo justifica-se pela necessidade de abordar questões educacionais discutidas na contemporaneidade, buscando refletir acerca das Políticas Públicas de Educação, a formação docente e a formação leitora do alunos, bem como verificar quais iniciativas que a escola e o professor que atua na rede pública do município de Xique-Xique vem desenvolvendo para o ensino da leitura e da escrita, que possam contribuir ou não para

reduzir e minimizar os baixos índices de desempenho leitor, diante dos desafios apresentados pelas mudanças sociais, com fins a melhoria da qualidade da aprendizagem educacional.

Sendo assim, a pesquisa focalizou a questão da formação leitora dos alunos, com vista à alfabetização e o letramento no contexto educacional das políticas públicas de formação docente e gestora, das práticas pedagógicas, formação, dentre outras e nos desafios enfrentados pelos educadores no município de Xique-Xique, na Bahia.

A ESCOLA, A FORMAÇÃO LEITORA DOS ALUNOS E O FRACASSO ESCOLAR: encontros e desencontros

No Brasil, muitos estudos vêm abordando questões educacionais bastante discutidas na contemporaneidade, pois a partir desses podemos refletir sobre as Políticas Públicas de Educação, a formação docente e a formação leitora dos alunos, bem como verificar quais iniciativas que a escola e o professor da rede pública vem desenvolvendo para o ensino da leitura e da escrita, que possam contribuir ou não para reduzir e minimizar os baixos índices de desempenho leitor, diante dos desafios apresentados pelas mudanças sociais, com fins a melhoria da qualidade da aprendizagem educacional.

O fracasso escolar é um indicador de que a qualidade educacional está comprometida, pois os resultados de diversas pesquisas demonstram que os alunos apresentam pouco conhecimento em relação as habilidades de leitura e de escrita, visto que, ao realizarem as avaliações externas, os índices alcançados são insuficientes. A escola precisa buscar mecanismos que ajudem na superação dos entraves que impedem o avanço escolar, pois mesmo com documentos oficiais garantindo o acesso gratuito e obrigatório à educação, a permanência ainda não é assegurada em sua totalidade, já que, o alto índice de evasão escolar apresentado por grande parte das escolas brasileiras, tem sido identificada como um vestígio de que muitos estudantes enfrentam problemas para permanecerem na escola, tal situação é um dos grandes obstáculos para a melhoria da qualidade da educação em todo o país.

Assim, ao discutir as possíveis implicações que dificultam o ensino-aprendizagem para a formação do leitor, também destacamos a não proficiência na leitura e na escrita, que vem provocando a desistência de muitos alunos. Devido a apresentar dificuldades nas habilidades que envolve o ato de ler e de escrever, o estudante se vê intimidado na realização das atividades corriqueiras da escola, uma vez que, essas competências são necessárias para a participação efetiva do processo de ensino-aprendizagem.

Com a falta de conhecimento, o educando está sujeito a reprovação, outro obstáculo enfrentado pelas instituições de ensino, pois com a ausência dos saberes escolares, como ler e

escrever, que são fundamentais para que o aluno compreenda os conteúdos aplicados em sala de aula, a aprendizagem fica comprometida, interferindo diretamente no processo, gerando resultados negativos, o que leva muitas vezes a desistência e a reprovação. Essas barreiras podem ser superadas, a partir de que haja mudanças na condução do ensino, com avanços significativos que gerem apropriação dos objetos do conhecimento, partindo dessa perspectiva, a escola pública precisa propor condições favoráveis aos educadores, para que os mesmo proponham práticas pedagógicas que garantam a sua clientela habilidades e competências para a aquisição de saberes necessários ao processo de formação.

Discutindo ainda acerca da reprovação, Luckesi (2005) afirma que, “[...] Superar o fracasso escolar significa investir na qualidade do ensino, que tem como consequência direta o desaparecimento da reprovação; quem efetivamente aprende, a partir de um ensino de qualidade, não pode ser reprovado”. (p. 16).

Nessa perspectiva, a escola carece de investir em um ensino de qualidade, para tal é relevante destacar que a alfabetização inicial pode contribuir para o avanço educativo. Enfim, com a formação leitora podemos alcançar o sucesso e a permanência dos alunos, pois favorece a realização das atividades escolares e a interação com o conhecimento em práticas sociais.

CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

O contexto histórico da educação brasileira é marcado com a chegada dos Jesuítas, trazendo inicialmente, um ensino para catequizar, destinado aos povos nativos, os índios e, em seguida para os filhos homens dos colonizadores. O processo educativo que se deu nesse período, proposto pelos jesuítas, não era para uma formação intelectual, mas que, após o surgimento de outras necessidades, sofreu alterações, haja vista que, os filhos dos fazendeiros precisavam de uma formação mais adequada para poder estudar fora do Brasil.

Muitas mudanças representativas surgiram após o período colonial, o ensino foi repensado e organizado para atender as demandas da sociedade vigente, algumas leis surgiram para que educação fosse gratuita, inicialmente com o ensino primário. Conforme Piletti (1997, p. 147), “Deixado a encargo das províncias, o ensino primário era pouco difundido, entre outras, pelas seguintes razões: os orçamentos provinciais eram escassos”.

Diante disso, podemos salientar que tal ensino era precário, o que colaborava para o insucesso escolar, pois mesmo com algumas reformas ocorrendo no campo educacional durante este período, os resultados não eram substanciais efetivamente. Diante das

transformações que ocorreram, principalmente acerca do ensino superior, secundário e comercial, e com a implantação de decretos que buscavam melhorar o ensino, a preocupação continuava girando entorno da organização escolar para a elite, enquanto que a educação primária permanecia marginalizada.

Outro setor educacional que durante muito tempo foi deixado de lado pelos administradores/governantes, foi a educação infantil, que só recebeu mais atenção, quando o Brasil passou pela revolução industrial, pois havia a necessidade de mão de obra, o que provocou mudanças, no que diz respeito, a oferta de um espaço escolar para “cuidar” das crianças, no intuito de que as mulheres pudessem trabalhar. Pensando nisso, trazemos questões relevantes acerca da educação infantil, que teve início com os jardins de infâncias, somente para o cuidar, e mais à frente, com as creches, que além do cuidar, há um novo olhar para o educar como foco na aprendizagem das crianças.

Com a democratização da educação, o Brasil a partir da Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), e outras, propõe um novo olhar para o campo educacional, há uma elaboração de leis e do Plano Nacional de Educação (PNE), nesse último, algumas metas são propostas para que seja alcançada a melhoria da educação, tão almejada por todos, devido a tal, muitos investimentos começam a ser empregados, principalmente, com a atenção as necessidades já diagnosticadas que a educação apresenta. Podemos destacar que muitas políticas públicas de educação vêm sendo implantadas, decorrem de pesquisas que apresentam em seus resultados indicadores sobre a educação ofertada, demonstrando que não tem sido adequada para que o sucesso escolar aconteça. Nesse sentido, podemos ressaltar que o ensino de nove anos, com foco em inserir as crianças de 6 anos no ensino fundamental I, visando a alfabetização na idade certa, foi uma proposta implantada, para minimizar os problemas existenciais no processo da alfabetização, haja vista, que os dados fornecidos pelo Indicador de Analfabetismo Funcional (INAF) trazem muitas preocupações acerca desse processo nos ambientes escolares.

Sendo assim, a política de ampliação do ensino fundamental é uma das metas propostas no Pacto pela alfabetização na idade certa, diante disso, Baletta (2007) reforça que,

A nova organização do ensino Fundamental em nove anos, primeiramente, é uma inclusão das crianças numa proposta pedagógica de alfabetização. É uma questão social, política e pedagógica. Serve, portanto, para suprir a necessidade e diminuir a estatística do analfabetismo funcional. (BALETTA, 207, p. 04)

A respeito disso, observamos que alguns avanços vêm contribuindo para a melhoria do ensino brasileiro, especialmente, com a universalização do Ensino Fundamental, proposta que

reforça que o país já conseguiu atingir algumas metas, uma delas é referente ao acesso à etapa obrigatória. No entanto, a alfabetização na idade certa, a permanência e o sucesso do aluno ainda são metas que precisam ser alcançadas, para garantir a qualidade educacional no país. Ainda referente ao acesso como assegura a lei, podemos salientar que educação no Brasil ainda apresenta lacunas, pois boa parte da população brasileira, principalmente, aquela que mora em lugares distantes e de difícil acesso, estão à margem da sociedade em todos os segmentos, bem como da escola. São crianças, jovens e adultos que precisam se deslocarem para outros locais em busca de oportunidade de estudar e devidos aos obstáculos que enfrentam, muitos tendem a desistir. A desigualdade de oportunidade também é um entrave na melhoria da qualidade da educação, pois o que as leis defendem, geralmente permanecem apenas somente no papel, com isso, a população menos favorecida continua enfrentando situações reforçam a exclusão social e cultural dos indivíduos.

Contudo, o contexto histórico da educação no Brasil, em seu percurso, apresentou algumas mudanças que conduziram melhor o funcionamento da escola e de sua proposta de ensino-aprendizagem, porém, mesmo com tantos avanços, como a democratização do ensino, o acesso, e outros, a educação continua mostrando falhas quanto a sua função educativa, que dentre muitas, podemos citar a permanência e a alfabetização na idade certa, que tem sido um transtorno, uma vez que, compromete o melhoramento da qualidade em todos os níveis e modalidades de ensino, impedindo que os avanços escolares sejam para todos, com direitos iguais de oportunidades.

O PANORAMA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS: Avanços, conquistas e desafios

As políticas públicas educacionais do Brasil, vêm sendo propostas pelos governantes para atender as necessidades emergenciais que o país enfrenta diante dos obstáculos para alcançar a melhoria da qualidade da educação brasileira. Muitos estudos vêm propondo algumas discussões, na tentativa de refletir acerca da formação docente, dos programas e ações que as políticas públicas atuais vem implantando para um ensino mais adequado, em especial, a formação leitora do alunado, pois como já relatamos anteriormente, as práticas pedagógicas voltadas para a leitura e a escrita na escola apresentam falhas que comprometem a aprendizagem dos alunos, levando a desistência e a reprovação.

As propostas e as ações já implantadas para a formação docente estão buscando contribuir para aperfeiçoar as práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula, mas o trabalho docente não resolve todos os problemas existências no ambiente escolar, sabemos

que o sucesso da educação é a soma de diversas ações que formam um conjunto. O professor é apenas uma parte desse, que vem sendo responsabilizado por todos os problemas que a escola enfrenta, mas como relata Batista (2006),

Professores e professora não são, afinal, os únicos responsáveis pelo processo de ensino-aprendizagem. É responsabilidade de todos os profissionais da escola a criação de um espaço coletivo para discussão e análise dos problemas de aprendizagem dos alunos, bem como a elaboração conjunta de planejamentos, a partir de avaliações diagnósticas e de metas estabelecida quanto às capacidades esperadas em cada patamar de aprendizagem, bem como investir em políticas de formação e aperfeiçoamento dos próprios educadores que enfrentam dificuldades em sua prática. (BATISTA, et. al., FASCÍCULO 1, 2006, p. 71).

Nesta perspectiva, com a implementação de políticas públicas voltadas para a formação docentes que possam conduzir melhor a prática pedagógica e a educação pública ofertada no país. Assim, destacamos que o ensino no Brasil precisa ser reorganizado em seu contexto, com vista, a aprimoração do trabalho docente atendendo as necessidades presentes na sociedade, para que de fato os educadores venham desempenhar seus papéis em sala de aula e garantir a aprendizagem dos alunos.

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

Os pressupostos metodológicos desse trabalho estão fundamentados nos parâmetros de uma pesquisa quantitativa e qualitativa. No método quantitativo “a coleta de informações e o tratamento de dados são caracterizados pelo uso da quantificação, isto é, de técnicas estatísticas”. E no método qualitativo “Preocupa-se em analisar e interpretar os dados em seu contexto psicossocial”. (ASSIS, 2017. p.15).

Neste sentido, para a realização da pesquisa, buscamos visitar algumas escolas do município de Xique-Xique/Ba, observando a estrutura e entrevistando alguns gestores e docentes, a fim de coletar dados pertinente ao estudo acerca da formação docente e das políticas públicas educacionais voltadas para a formação leitora dos alunos das Séries Iniciais do Ensino Fundamental I, bem como da formação gestora, com vista as ações e programas já implantados no município.

O trabalho de campo tem por finalidade instrumentalizar ao pesquisador mecanismos que garantam informações relevantes ao estudo em questão. Diante disso, o uso de entrevistas que é o “Encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto”. (Marconi & Lakatos, 1999, p. 94), nessa perspectiva foram realizadas entrevistas com uso de questionários, com os gestores e os professores da rede municipal, que tiveram como objetivo evidenciar as formações dos diretores, as formações

dos educadores, os programas e as ações que conduzem a formação leitora dos alunos, mediante as necessidades do contexto atual.

Com isso, buscamos um levantamento dessas informações através da pesquisa em escolas públicas de Educação Infantil e das Séries Iniciais do Ensino Fundamental I, na sede do município de Xique-Xique na Bahia.

ANÁLISE DE DADOS

Na tentativa de verificar a formação e as práticas de leitura utilizadas pelos professores entrevistados, bem como, observar as estruturas físicas das instituições de ensino, partimos da análise dos conteúdos presentes nos questionários de entrevista e na compreensão desses, atos essenciais para o estudo dessa pesquisa, pois, de acordo com Macedo (2006, p. 145), “[...] a análise de conteúdo é um recurso metodológico *interpretacionista* que visa descobrir o sentido das mensagens de uma dada situação comunicativa [...]”.

Essa análise possui um caráter qualitativo e quantitativo, pois, [...] ambas são necessárias, uma fornecendo respostas precisas, graças às quais se pode trabalhar com quantidades, e a outra, respostas avançadas quando envolve aspectos conceituais e com a objetivação. (DEMO *apud* SOUZA, 2004, p. 63).

Uma vez realizadas as entrevistas e as observações, procedeu-se então à análise do *corpus*, essa ocorreu a partir da verificação da pesquisadora que registrou por meio da escrita as observações das estruturas físicas (espaços de leitura) e os questionários. Assim, buscou identificar a formação gestora, a formação e prática docente, levando em consideração a alfabetização e o letramento, os espaços de leitura e as políticas públicas de educação e, bem como perceber se esses de fato contribuem para a formação do leitor.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Essa pesquisa permitiu uma visualização da formação gestora, formação e práticas dos docentes, das Políticas Públicas de Educação referentes à formação leitora dos alunos com foco na alfabetização e no letramento, bem como, as estruturas físicas das escolas (biblioteca e espaços de leitura) em quinze escolas municipais de Xique-Xique, na Bahia, no Brasil, mediante informações obtidas através da observação e dos questionários de entrevista realizados com os quinze gestores e os setenta e seis professores.

Na entrevista com os gestores foram aplicados questionários com 5 perguntas, bem como a identificação da escola e formação profissional dos diretores, assim obtivemos as seguintes informações: acerca da formação gestora, foi possível detectar que dos 15 diretores,

nove são efetivos como professores da rede municipal, ocupando cargos de confiança e 6 contratados; no tocante à formação, 13 possuem formação superior e 2 ainda estão cursando, outra informação obtida foi acerca das especializações, 12 são pós-graduados, 2 estão cursando e um não possui. As formações são nas áreas de Geografia, Gestão Ambiental, Letras Vernáculas, Pedagogia, Administração e Matemática.

A respeito de programas federais implantados nas escolas pesquisadas, 60% dos gestores afirmaram que tem em andamento mais de um programa das políticas públicas, referente da formação continuada, dos 15 diretores, somente 7% desses, não estão participando das formações oferecidas pelo município. A preocupação maior foi em relação ao programa Novo Mais Educação, pois, três das 15 escolas pesquisadas afirmaram não terem aderido ao programa e as que aderiram, 25% dessas, a escolha dos profissionais para trabalhar no programa foi por indicação, fator que interfere, pois com a indicação, o currículo do profissional não é relevante e desse modo qualquer pessoa tende a ocupar a função. Outro problema detectado foi acerca dos cursos oferecidos, somente quatro escolas fizeram a escolha da oficina de leitura, demonstrando com isso, a falta de preocupação dos gestores com a formação leitora do alunado, haja vista, que o analfabetismo é um dos problemas existenciais nos espaços escolares públicos do município e mesmo assim, alguns diretores ainda insistem em promover ações diversas que pouco contribuem com a aprendizagem.

Para os docentes foram aplicados um questionário com dez perguntas, contendo a identificação da escola e formação profissional. Acerca da formação docente dos 76 professores, somente 5 eram contratados, tal informação demonstrou que tivemos um grande avanço na educação do município, e a respeito da escolaridade dos 76 profissionais, 65 têm formação em nível superior, 7 estavam cursando e somente 3 não possuíam. No que diz respeito aos cursos de formação continuada oferecido pelo município, dos 76 professores, 21 não participaram de nenhum curso de formação continuada no ano de 2016, dado preocupante (28%), em 2017 os dados são mais alarmantes, pois 46% afirmaram não estar participando. Tal fato, nos preocupa, uma vez que, na atuação como professores, a formação continuada é uma ferramenta indispensável para refletirmos sobre a prática e garantirmos melhorias no planejamento e interferência no cotidiano da escola. Os professores precisam de um apoio pedagógico, que está previsto em programas e ações das políticas públicas de educação que o governo federal, bem como os governantes municipais precisam oferecer para garantir melhorias na qualidade do ensino que disponibilizamos aos estudantes de todo o país. A falta de participação de muitos docentes é o que gera em muitos casos uma baixa qualidade no ensino.

Quanto aos espaços de leitura nas salas de aula, somente 13% não possuem e também somente 24% afirmaram não terem material suficiente para o trabalho com a leitura na sala de aula. No entanto, podemos ressaltar que tais espaços de leituras ainda precisam de livros e outros recursos materiais para atenderem de fato as necessidades que um pequeno leitor precisa para aprimorar suas habilidades e competências.

Das estruturas físicas, das 15 escolas, 13 foram elencadas pelos docentes por não possuírem bibliotecas, somente duas foram citadas pelos docentes por possuírem, porém durante as visitas para observação das estruturas foi possível detectar que nenhuma das 15 escolas possuem bibliotecas, algumas somente foi encontrado um pequeno espaço sem estrutura e poucos livros em seu acervo, sendo apenas cantinhos da leitura. É relevante salientar que em algumas escolas houve bastante resistência de muitos professores em responder as perguntas do questionário, pois no município ainda encontramos professores que tendem a omitir informações acerca da sua atuação profissional por motivos ainda não compreendidos.

Diante de todas as informações apresentadas pelos profissionais das escolas e das observações, podemos destacar que na pesquisa foi possível perceber que no município, ainda há educadores, cujas práticas docentes e a formação profissional, necessitam de uma atenção e no que diz respeito à formação continuada, os educadores precisam sentir interesse para participar. À frente dessa situação, os governantes podem buscar alternativas para solucionar tais impasses.

Na formação leitora foi observada que algumas práticas pedagógicas e ferramentas utilizadas ainda são inadequadas e/ou insuficiente para atingir aos objetivos propostos no alcance da apropriação das habilidades de leitura do alunado da rede municipal, isso pode estar acontecendo, por parte de alguns dos educadores, que devido à falta de participação em cursos de formação continuada, não conduzem adequadamente o ensino, uma vez que, tais cursos tendem a colaborar para aprimoração do trabalho e aprendizagem de outros conhecimentos relevantes ao exercício da profissão docente.

Com a falta de infraestrutura dos espaços para bibliotecas, as escolas e todos da comunidade escolar também sofrem perdas irreparáveis ao incentivo a leitura, fator preponderante a formação leitora de grande parcela dos nossos alunos, que só tem a escola como espaço favorável ao contato e manuseio de materiais pertencentes a cultura escrita. Os governantes precisam buscar meios para mudar tal realidade, investir em ações concretas para construção e fornecimento de material paradidático é também uma possibilidade de melhorar as condições de trabalho dos docentes da rede pública de ensino.

CONCLUSÕES

A pesquisa confirmou que diante dos dados obtidos, alguns dos resultados apresentados não são favoráveis a formação docente e formação leitora, pois ainda são empecilhos para a melhoria da qualidade educativa dos alunos da rede municipal, haja vista que, temos falhado no que diz respeito ao ensino-aprendizagem da leitura e da escrita no município de Xique-Xique. Muitos professores da rede não aprimoram seus conhecimentos, deixando de participar de formações necessárias à reflexão de práticas pedagógicas, bem como as escolas que não possuem espaços favoráveis ao incentivo à leitura, as pequenas ausências de infraestruturas impossibilitam o trabalho educativo, gerando um aumento de alunos com falta de proficiência leitora, mas podemos salientar que no município há muitas ações e programas que estão sendo implantadas para transformar tal realidade.

Na formação do leitor, o convívio com pessoas que já dominam a leitura, a participação em espaços que circulam materiais escritos e o acesso aos bens culturais escritos dentre outros, são condições relevantes a formação leitora do alunado. E na formação docente, as políticas públicas educacionais são metas em prol da melhoria da qualidade do ensino, por meio de ações que colaborem para que professores possam organizar o seu trabalho, com instrumentos adequados a sua prática educativa, bem como a garantia de sua formação continuada, na perspectiva de formar leitores e propor ações pedagógicas que contribuam para o aprendizado dos estudantes. Assim, precisamos destacar que ações como: implantar programas ou cursos para uma formação continuada com foco na alfabetização e no letramento para professores do Ensino Fundamental I, que também de modo geral colaboram com a formação leitora dos alunos; estabelecer programas e ações que tratem acerca das práticas educativas voltadas, especialmente para a formação leitora, com vista a auxiliar no trabalho docente; construir e/ou disponibilizar espaços agradáveis (bibliotecas escolares) destinados ao contato com materiais escritos presentes na sociedade, tanto nas escolas, como nas salas de aula; distribuir um quantitativo maior e com mais frequência de materiais escritos para os acervos escolares, dentre outras, pode melhorar a qualidade da educação das escolas públicas, bem como no que se refere à formação leitora dos alunos.

Contudo, as Políticas Públicas de Educação no Brasil, que envolve os programas e as ações para a formação docente, as práticas pedagógicas do ensino e da aprendizagem da leitura e da escrita, bem como a formação leitora do aluno precisam de uma atenção maior por parte dos governantes e de toda a população. Com os investimentos, a fiscalização e o controle social auxiliando no melhor funcionamento das políticas, teremos ações essenciais

que venham propor avanços significativos no processo educativo do contexto da educação, não somente do município, bem como em todo o país.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, Maria Cristina de. **Metodologia do trabalho científico**. Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/clv/images/docs/modulos/p2/p2_4.pdf Acesso em: 09 de out. 2017
- BARLETTA, Andréa. **Ensino fundamental em nove anos: sinal de respeito à criança**. Mundo Jovem – Um jornal de ideias. Ano 45, nº 374, março, 2007.
- BATISTA, Antonio Augusto Gomes et. al. **Capacidades Linguísticas da alfabetização e a Avaliação**. Brasília: Mec. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação a Distância. Universidade federal de Minas Gerais. Pró-Letramento. Fascículo 1. 2006.
- INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da leitura no Brasil**. 3. ed. São Paulo. 2012. Disponível em: <http://prolivro.org.br/home/index.php/atuacao/25-projetos/pesquisas/3900-pesquisa-retratos-da-leitura-no-brasil-48> Acesso em: 21 de fev. 2017.
- LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Maria de Andrade. **Metodologia científica**. 1999, in SANCHEZ Sandra. **Instrumentos da Pesquisa Qualitativa**. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&ved=0CDoQFjAC&url=ftp%3A%2F%2Fftp.unilins.edu.br%2Fvorlei%2Fetec%2FII_mkt_EMCM%2Faulas%2FInstrumentos%2520da%2520Pesquisa%2520Qualitativa.ppt&ei=spkoUvKcCoOQ9QTRvYFg&usg=AFQjCNHpX4CMPV7pFyzkm0zzEtI8ptQtZg Acesso em: 09 de nov. de 2017.
- LUCKESI. Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e recriando a prática**. 2. Ed. Ver. – Salvador: Malabares Comunicação e Eventos. 2005.
- MACEDO, Roberto Sidnei. **Etnopesquisa crítica, etnopesquisa – formação**. Brasília: Ed. Liber Livro, 2006.
- PILETTI, Claudino, PILETTI, Nelson. **História da Educação**. 7ª ed. São Paulo: Ática. 1997.
- SOUZA, Rejane Dias das Neves. **Fundamentos da metodologia da pesquisa**. In: Curso Normal Superior. Habilitação para os anos iniciais do ensino fundamental. Módulo I. 3. ed. Rev. Ampl. Londrina: UNOPAR: CDI, 2004.